

APRESENTAÇÃO

Por ocasião das comemorações do 25º aniversário da queda do Muro de Berlim, somando esforços com pesquisadores do Brasil e de diversos países como México, Canadá, Bulgária, Costa Rica, Argentina, Uruguai, entre outros, a Revista *OP SIS* apresenta o Dossiê América Latina no contexto da Guerra Fria.

Considerado como um dos principais símbolos globais da época da Guerra Fria, o Muro de Berlim foi construído em 1961 e durante suas quase três décadas de existência, o referido muro ficou associado à divisão política e econômica do mundo. Sua presença marcante confirmava não apenas a divisão da cidade de Berlim, como da Alemanha, da Europa e, de fato, do mundo.

A inesperada queda do muro, em novembro de 1989, resultou em importantíssimas consequências políticas, econômicas, sociais, estratégicas e mesmo civilizacionais. Parecia suficiente constatar que aquele acontecimento representou o encerramento do conflito Leste-Oeste e da abertura de uma nova era. No entanto, o evento de 11 de setembro de 2001 nos EUA reascendeu o debate sobre os limites e consequências históricas dos enfrentamentos durante a Guerra Fria. De fato, ainda há muito a se pesquisar e compreender sobre aqueles anos turbulentos.

Também no Brasil as recentes manifestações ocorridas após as eleições para Presidência da República, não apenas pedindo o impedimento da presidenta reeleita, como também denunciando um suposto golpe comunista iminente, assim como o medo da *cubanização* do país, demonstram, apesar dos equívocos e contradições, que ainda perdura um anticomunismo típico dos tempos da Guerra Fria. A despeito de tais manifestações pareçam descoladas no tempo e um tanto quanto absurdas, nos remete a necessidade de percebermos as permanências de determinados valores cultivados e amplamente disseminados nos anos de confronto entre EUA e URSS. É como se a velha ideia da “ameaça vermelha” ainda rondasse como um perigo próximo e real. Lamentavelmente muitos, a partir dessas ideias, manifestaram-se a favor do retorno da tenebrosa ditadura militar no Brasil para enfrentar tais ameaças.

Naqueles anos de Guerra Fria de fato, mesmo que no continente europeu predominasse durante longo tempo uma estabilidade hegemônica, representada pelo congelamento das fronteiras, do equilíbrio militar e da pronunciada bipolarização em termos de segurança e da política, em outros contextos regionais e nacionais a Guerra Fria assumiu contornos bem mais dramáticos. Observe-se, por exemplo, que simultaneamente aos acontecimentos em Berlim, as guerrilhas salvadorenhas tentavam sua última ofensiva

estratégica – iniciativa que finalmente levou a uma negociação direta entre as partes em litígio. E conflitos armados, mais ou menos semelhantes, também existiam na Guatemala, Colômbia, Peru, Suriname, e com suas peculiaridades, também na Nicarágua e no Chile.

Pouquíssimos anos depois da queda do Muro de Berlim, o cenário latino-americano experimentou significativas mudanças políticas, econômicas e de segurança. A assim chamada “ameaça comunista”, que reivindicavam os setores mais reacionários do continente, deixou de ser iminente. A elite revolucionária cubana conseguia, com muitas dificuldades, se manter mesmo após a desintegração da União Soviética. Mesmo assim, não foi mais possível para os cubanos encaminhar significativo apoio político, financeiro ou militar aos aliados – particularmente às guerrilhas que ainda existiam em países próximos do Caribe ou em missões político-militares no continente africano. De fato, é bem provável que a queda do Muro de Berlim ajudasse a conseguir saídas negociadas para certos conflitos armados internos – eis os casos de El Salvador, Nicarágua, Suriname e Guatemala. Em outros casos, a democratização política certamente incidiu no restabelecimento da harmonia, da solidariedade e da cidadania.

Sob uma perspectiva acadêmica e epistemológica, a queda do Muro de Berlim favoreceu a abertura gradual de arquivos públicos e privados que ajudam a conhecer melhor uma época recente, complexa e turbulenta. São os denominados *Cold War Archives*. O assunto é de vital relevância para todos os pesquisadores interessados na temática, principalmente aos historiadores. Certamente as aberturas desses arquivos veem representando nos últimos anos uma importante ampliação do espectro de alternativas, anteriormente vedadas por políticas restritivas, pouco transparentes de informação, ou por vaidades e sectarismos político-ideológicos.

Nessa linha, nossa contribuição foi no sentido de convidar pesquisadores para trabalhar nessa riquíssima temática. Muitas questões podem ser esclarecidas. Problemas-objeto podem ser identificados com melhor precisão. Novos atores e fontes primárias podem ser consultados. Um horizonte de pesquisa historiográfica pode ser aproveitado, mediante investigações acadêmicas cada vez mais consistentes sobre o impacto do conflito Leste-Oeste no Brasil, no continente latino-americano e no mundo.

Cientes de tal importância e motivados pela oportunidade desta comemoração, a intenção foi organizar um número especial da *Revista OPSIS* abrindo espaço para contribuições internacionais que alargassem o leque de reflexões críticas a cerca da influência da Guerra Fria nos países Latinos Americanos.

A publicação ora apresentada é composta por artigos que dão visibilidade a reflexão teórico-metodológica, campos e temáticas de pesquisa que

demonstram as inúmeras possibilidades que se apresenta aos historiadores na atualidade. As reflexões aqui reunidas são resultado de pesquisas com documentação primária que muito recentemente ilumina – com novos recursos materiais, metodologias de pesquisa e interpretações – o perturbador impacto do conflito entre o mundo capitalista e comunista na sociedade latino- americana.

Cumprir lembrar que boa parte da literatura acadêmica brasileira e latino-americana sobre o impacto da Guerra Fria na América Latina, até recentemente se fundamentava em fontes secundárias e apresentava um substrato político-ideológico muitas vezes discutível e polêmico.

A escassa fundamentação em fontes primárias quase sempre era resultado do limitado acesso aos arquivos governamentais, bem como às políticas repressivas imperantes em numerosos países da região, especialmente durante a época dos regimes autoritários dos anos 60, 70 e 80. De fato, em certos momentos da história recente – isto é, na época da Guerra Fria – evidenciava-se certo perigo em pesquisar temáticas vinculadas ao significado e influência do conflito na América Latina.

Afortunadamente, o acesso aos arquivos governamentais brasileiros e latino-americanos na atualidade é mais expedito, em virtude das leis de transparência aprovadas em numerosos países. Assim, na atualidade é possível ter acesso à documentação resguardada em arquivos das Forças Armadas, das chancelarias e outros ministérios e arquivos policiais. Algo semelhante se pode afirmar com relação às fontes orais, iconográficas e, em gerais, sociais.

Abrindo nosso dossiê David Arias Dias, utiliza o diário pessoal de Nathaniel P. Davis, embaixador estadunidense em San José, Costa Rica, que presenciou a Guerra Civil de 1948. Juntamente com outras fontes, esse diário é utilizado para fazer uma reconstrução das ações do diplomata e de sua percepção sobre esse acontecimento fundamental da Costa Rica contemporânea. Em seguida a autora Raquel Paz dos Santos analisa as relações Brasil-Argentina numa perspectiva cultural entre 1930-1954, demonstrando como a cooperação foi uma característica presente nestas relações e traçando uma crítica ao recorrente paradigma da rivalidade. Nesse período, constatou a autora, a influência do governo norte-americano no sentido de desenvolver uma intensa campanha propagandística contra o peronismo e apoiar os grupos contrários à aproximação da Argentina, buscando ordenar a América Latina dentro de sua órbita durante a Guerra Fria.

Em seu artigo *O Golpe de 1964, a Guerra Fria e a recomposição das relações brasileiro-mexicanas: estudo com fontes primárias* o autor Carlos Federico Domínguez Ávila, avalia as implicações e desdobramentos do golpe brasileiro, em 1964, sob a perspectiva da história das relações internacionais no contexto do conflito Leste-Oeste. A partir de pesquisa minuciosa

com documentação do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, o artigo explora a crise e a recomposição das relações bilaterais entre o Brasil e o México, em virtude da reserva do governo de Adolfo López Mateos em reconhecer imediatamente às novas autoridades brasileiras, comandadas pelo general Humberto Castelo Branco. Já o autor Gustavo Enrique Salcedo Avila utiliza fontes primárias consultadas em arquivos estadunidenses e venezuelanos para analisar a Doutrina Betancourt, um dos instrumentos da política exterior de defesa e promoção da democracia instituída pelo governo de Rómulo Betancourt, presidente da Venezuela entre 1959 e 1964. No presente artigo o autor evidencia como a Doutrina acabou reduzida a uma política unilateral do governo da Venezuela no contexto da Guerra Fria.

Em seguida a autora Carla Simone Rodeghero, a partir de documentação produzida pelos postos diplomáticos norte-americanos no Brasil, explora a avaliação que os funcionários do governo dos Estados Unidos produziram sobre o Movimento da Legalidade, em agosto/setembro de 1961. Sua pesquisa nos permite compreender as relações entre Estados Unidos e Brasil e o lugar ocupado pelo Varguismo nos embates políticos das décadas que antecederam o golpe de 1964.

Na perspectiva de perceber como alguns jornais e partidos políticos liberal-progressistas processaram os eventos vinculados ao final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, os autores Ernesto Bohoslovsky e Mariana Inés Caramés, demonstram como esses atores aproveitaram alguns elementos ideológicos transnacionais - como o antifascismo ou o anticomunismo - para interpretar a realidade política local, consolidar certa autoimagem nacional e descrever aos seus adversários políticos.

Já os autores Delmo Arguelhes e André Chaves, em a *Guerra Fria: uma leitura da formação de aspectos conceituais* pensam a Guerra Fria sob o ponto de vista conceitual, a partir da linguagem vista muito além de um meio de expressão de conceitos e pensamentos, tornando-se uma arena de luta política. Analisam como a divisão do mundo numa lógica bipolar, moldou uma linguagem política em um paradoxo dualista. Neste artigo, os autores, relacionam esse paradoxo da formação do discurso da Guerra Fria com a emergência de outros atores que o relativizaram e ressignificaram o mundo. Eduardo Svartman em *Negociando a Dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria* analisa como os laços estabelecidos entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e os militares aliados em diferentes regiões do mundo foram elementos importantes, tanto da estratégia anticomunista de Washington quanto da projeção deste país, em áreas até então influenciadas pelas potências europeias. Assim, o autor demonstra a partir de vasta documentação como o Brasil foi um caso ilustrativo deste

processo, no qual apesar da profunda dependência e alinhamento, essas relações militares não foram lineares nem desprovidas de conflitos.

Em seguida o autor Carlos Eduardo Vidigal, estuda como o peronismo e anti-peronismo definiram o padrão da rivalidade Brasil-Argentina no contexto do início da Guerra Fria. Inúmeros documentos diplomáticos brasileiros – ofícios, despachos, memorandos, telegramas – datados dos anos de 1946 a 1948 demonstram como o anti-peronismo consolidou-se em setores dirigentes do país, por meio de uma política que ultrapassava, de algum modo, o próprio peronismo e se relaciona com um contexto mais amplo vivenciado no início da Guerra Fria. Ainda sob a perspectiva de análise sobre a influência do contexto do conflito mundial na Argentina, a autora Maria Valéria Galvan, analisa o discurso produzido pelo semanário político *Azul y Blanco*, nos anos 1950 e 1960 sobre o cenário internacional no contexto da Guerra Fria, bem como a construção, através da ótica nacionalista, de certa noção de identidade nacional. Nesse sentido, as redefinições ideológicas e políticas do nacionalismo argentino desses anos nutriram-se também de aqueles olhares discursivos.

No artigo, *Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina*, os autores Américo Alves Lyra Junior e Adriana Bellintane, apoiados em ampla e atualizada bibliografia, discutem as relações internacionais durante a Guerra Fria na América Latina. Analisaram nesse sentido, a Guerra Fria como uma construção estadunidense, com propósitos bem estruturados, a despeito da singeleza do discurso maniqueísta que se encontra no período estudado e a ação sofrida pela América Latina diante do novo cenário internacional.

Os autores Cristina Raquel Pereira Fariña e Gusman Ibarra apresentam uma análise sobre como a ditadura do General Stroessner no Paraguai, foi beneficiada e reforçada durante o período da Guerra Fria, o que permitiu sua manutenção por um longo período. Considera-se aqui que o regime de Stroessner é a representação política do desejo de gerar e controlar a ordem social, o que tomou proporções incontroláveis e amplificadas pelo contexto da Guerra Fria. Assim, analisa-se a assistência econômica, militar e o doutrinação ideológico que as forças da ordem paraguaias receberam dos Estados Unidos.

No próximo texto o autor Fábio Albergaria Queiroz, analisa, a partir do exame de fontes documentais e literários pouco conhecidos, um episódio pouco explorado da história brasileira no contexto da Guerra Fria: a atuação do Instituto Hudson na América do Sul e a proposta de criação de um grande sistema lacustre na região. As evidências demonstram que tal empreendimento, se levado a cabo, poderia fazer da Hileia uma arena de baixo custo para a defesa dos interesses dos EUA no jogo de poder da Guerra Fria.

Nilo Dias Oliveira, em seguida, evidencia como os preceitos da Guerra Fria encabeçada pela política externa estadunidense para a América Latina influenciaram os Serviços de Inteligência no Brasil capitaneados pelo Conselho de Segurança Nacional. A documentação pesquisada revela a severa vigilância do continente Latino Americano, e nos apresenta o processo de modernização dos aparatos coercitivos justificada pela ameaça comunista, discurso efetivo durante a Guerra Fria. Assim, legislou-se para assegurar ao Estado maior poder de repressão e controle, já no período do governo JK (1956-1961), portanto, muito antes da instituição da ditadura civil militar no Brasil.

Numa contribuição inédita e muito significativa o pesquisador búlgaro da Sofia University, uma das mais renomadas da Bulgária, Jordan Baev, apresenta as revelações dos arquivos búlgaros do pós-guerra e analisa episódios ainda desconhecidos sobre as relações da Bulgária com países da América Latina durante a Guerra Fria. O artigo é composto pela análise dos acontecimentos políticos e sociais mais significativos dos anos do conflito: Revolução Cubana, o governo de esquerda chileno e a União Popular e a Revolução Sandinista na Nicarágua.

A autora Tania Maria Manzur aborda a Política Externa Independente (PEI), durante os anos de 1961 e 1964 e a significativa interação que se deu, na vigência da PEI, entre a opinião pública nacional e os direcionamentos da política externa. Naqueles anos, evidenciou-se uma estratégia de inserção internacional que procurou a independência e no Brasil em relação aos blocos antagonísticos da Guerra Fria. O artigo demonstra a relação entre a opinião pública e política externa na vigência da PEI e como essa relação foi um dos elementos essenciais para a mudança estrutural do regime político ocorrida no Brasil em 1964.

O artigo *Crise e renovação da esquerda latino-americana na transição democrática* de Cristiano Pinheiro de Paula Couto analisa a atuação da esquerda latino-americana e a “crise de paradigmas”, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. A proposta do autor é compreender como essa crise repercutiu nas conceptualizações teórico-políticas de três formações da esquerda latino-americana, atuantes no contexto da denominada transição democrática.

Roberto Garcia Ferreira neste trabalho, analisa documentos do Serviço de Inteligencia y Enlace (SIE) da Polícia de Montevideú e a repressão aos chamados atos “anti-americanos” que marcavam as manifestações dos estudantes universitários uruguaios. O trabalho do pesquisador da Universidade de Toronto, no Canadá, Kevin P. Coleman utilizou como documento a autobiografia do padre James Hanley Carney que dedicou sua vida na luta a favor da reforma agrária em Honduras, na América Central ao lado dos camponeses hondurenhos. Carney dedicou-se a compreender as condições

de vida daqueles camponeses e a situação de miséria extrema no contexto da Guerra Fria. O autor utilizou para tal tarefa, além da autobiografia e cartas de James Carney, também documentos dos movimentos de trabalhadores de Honduras.

A pesquisa de Eduardo José Afonso recupera importantes documentos do Departamento de Estado norte-americano, principalmente os nomeados de ‘Mensais do Trabalho’, relatórios do FBI, da CIA e do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos. A partir disso procura descrever a ação dos Adidos Trabalhistas Americanos e Ingleses no Brasil, no período de 1943 a 1952, como elementos-chave na política externa dos Estados Unidos, direcionada à possível intervenção em assuntos internos brasileiros. Ainda sob a ótica das relações internacionais, Thiago Gerhe, em *O paradoxo de poder sul-americano nos anos de Guerra Fria*, analisa como o conflito mundial gerou um paradoxo de poder, ao mesmo tempo construindo um forte sentimento de relutância – engendrado pelo medo da penetração ideológica, por uma cruzada justificadora contra o comunismo, por disputas territoriais e de equilíbrio de poder nas sub-regiões do continente sul-americano – como fortaleceu a ideia de vizinhança que passou a sustentar o projeto de América do Sul lançado na reunião de presidentes de 2000 em Brasília.

E finalmente o último artigo da coletânea sobre a Guerra Fria é de Lilian Marta Grisolio, *Uma revista em guerra: A revista O Cruzeiro nos primeiros anos da Guerra Fria no Brasil*, que apresenta a revista O Cruzeiro, um dos mais importantes meios de comunicação do século XX no Brasil e que atuou de forma clara na defesa pela modernização capitalista com base no modelo estadunidense, em detrimento da opção comunista que se apresenta no pós-guerra. O artigo mostra como uma revista de variedades utiliza os mais variados meios para defender a modernização do país assumindo o modelo estadunidense durante os anos de Guerra Fria, desenvolvendo um discurso permeado de valores americanizados em todas as esferas sociais.

Na sessão de artigos livres, o autor Eduardo Scheidt analisa representações de nação nos discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez ao longo de seus mandatos como presidente da Venezuela, ente 1999 e 2012. O autor nos aponta para a compreensão do discurso nacionalista chavista centrado numa redefinição da soberania popular fundamentada, por um lado, numa espécie de resgate da proposta de Simon Bolívar e dos artífices das independências latino-americanas, ao mesmo tempo em que se construíam novos mecanismos de inclusão e participação popular.

Uma das características da Revista OPSIS é de ser crítica e plural para que de fato contribua com os debates acadêmicos e pesquisas em andamento e, que estão por vir. O nosso objetivo é auxiliar nas análises que desvelem sentidos e significados com o intuito de compreender melhor a realidade

que nos cerca. Nesse sentido, num esforço interdisciplinar reunimos contribuições de cientistas políticos, internacionalistas, historiadores, sociólogos e outros cientistas sociais. Agradecemos o excelente trabalho dos colegas que gentilmente colaboraram com este número, bem como a confiança e apoio das instituições às que estão vinculados.

Novembro de 2014

Dr. Carlos Federico Dominguez Ávila
Dra. Lilian Marta Grisolio